

O MERCADO DE TRABALHO FEMININO EM JORNALISMO: ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE PORTUGAL E BRASIL

*The female labor market in Journalism: a comparative analysis
of Portugal and Brazil*

RESUMO Este estudo compara a história do jornalismo em Portugal e no Brasil e discute a formação do profissional jornalista e o mercado de trabalho na sociedade global. Seu objetivo foi analisar os seguintes temas: a) as transformações do jornalismo do século passado até o século XXI; b) as influências do gênero no exercício do jornalismo; c) as relações de posição entre homens e mulheres nos diferentes setores da imprensa, isto é, as diferentes funções nas redações e os cargos de chefia. O método adotado foi o de pesquisa bibliográfica e documental. Por meio deste estudo verificou-se que a feminização na carreira de jornalismo ocorreu após o processo de profissionalização, que se intensificou no século passado com o aparecimento dos cursos de credenciamento no Brasil e em Portugal. O advento da tecnologia trouxe mudanças nas redações, a partir das quais surgiram funções e veículos novos, como o jornalismo *on-line* e a televisão na Internet. Observou-se que todas essas alterações estão mudando o perfil do profissional jornalista.

PALAVRAS-CHAVE SOCIOLOGIA; FEMINIZAÇÃO; JORNALISMO; GÊNERO.

ABSTRACT This study compares the history of Journalism in Portugal and Brazil and discusses the journalist's professional education and the media labor market in the global society. The aim was to analyze the following issues: a) the changes undergone by Journalism from the 20th century to the 21st century; b) the influences of gender in the journalistic work; c) the positions occupied by women and men in different sectors of the press, i.e., in the different positions in the editorial office and positions of command. The adopted method was that of literature review. The current study found that the feminization in journalism increased after its professionalization process, which started in the last century, followed by the appearance of professional courses in Brazil and Portugal. The advent of technology led to changes in the editorial office, with new positions and vehicles, such as online journalism and Internet television. All these transformations are changing the journalist's professional profile.

KEYWORDS SOCIOLOGY; FEMINIZATION; JOURNALISM; GENDER.

PAULA MELANI ROCHA

Universidade Estadual de Ponta
Grossa (UEPG)
pmrocha@uepg.br

JORGE PEDRO SOUSA

Universidade Fernando Pessoa
(Porto, Portugal)
jorgepedrosousa@gmail.com

APRESENTAÇÃO

O jornalismo deixou de ser uma atividade predominantemente masculina no século XXI. Atualmente, há no mundo cerca de 300 mil jornalistas homens e 300 mil jornalistas mulheres, segundo dados da Federação Internacional de Jornalistas. Contudo, a divisão entre gêneros não é equilibrada no mercado de trabalho tanto em números quanto em qualidade. Em Portugal, conforme informações do Sindicato dos Jornalistas Portugueses referentes a 2007, predominam os homens com 50,15% dos postos de trabalho contra 49,85% ocupados por mulheres. No Brasil, sobressaem as mulheres, mas a diferença é pequena: a participação masculina é de 48,43% e a feminina, 51,57%, de acordo com dados referentes a 2005 divulgados pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho. No entanto, as mulheres sofrem desvantagens na ocupação dos cargos, no salário e na área de atuação. A feminização do jornalismo está relacionada ao processo de profissionalização da carreira e às transformações sociais e dos meios de comunicação, iniciadas no século XX e ainda em andamento no século XXI. Cada país tem a sua própria história política, econômica, social e cultural, a qual faz interfaces com a história do jornalismo. A identidade da profissão é fruto de um longo processo, que incorpora novas características, hábitos e valores e mantém ligação com a dinâmica da sociedade em que se insere.

No século XIX, o industrialismo capitalista impulsionou a história das profissões, ao aumentar a competitividade no campo de trabalho. As ocupações começaram a buscar um lugar seguro na economia, e o que levou à criação de associações e instituições próprias. Surgiram as associações, os credenciamentos, a licença, o registro e os cursos superiores. São esses fatores que elevaram o status de algumas ocupações para a esfera da profissão (FREIDSON, 1998). Como o curso superior não é obrigatório para o exercício do jornalismo, ele não pode ser considerado uma profis-

são, de acordo com a definição conceitual de Freidson (1998), na perspectiva da sociologia das profissões. Nascimento (2007) mostra que o profissionalismo está ligado ao domínio de uma *expertise* e de mecanismos que possibilitam o monopólio da prática profissional. Está relacionado, também, à organização do trabalho e ao mercado.

No entanto, não há consenso entre teóricos e acadêmicos sobre o jornalismo ser considerado uma profissão, ou pelo menos uma profissão consolidada como medicina e direito (ROCHA, 1999). Há discussões no âmbito da academia e do mercado sobre o domínio de um conhecimento próprio para o exercício do jornalismo, ou mesmo da necessidade de ter formação superior nessa área. Para alguns teóricos e pragmáticos, o jornalismo resume-se a uma atividade técnica que pode ser exercida por qualquer profissional desde que ele conheça as técnicas necessárias para o desempenho da prática jornalística. Para outros, o jornalismo é um trabalho intelectual que necessita de uma formação específica, fundamentada nos saberes práticos e teóricos, os quais não estabelecem uma relação dicotômica, e sim complementar (ROCHA; SOUSA, 2008).

As transformações que a atividade do jornalismo sofreu no período do capitalismo moderno, pós-Revolução Industrial e Revolução Francesa, marcaram seu início no processo de profissionalização. A liberdade de imprensa foi consolidada, nos Estados Unidos, em 1791 e, na Grã-Bretanha, em 1830. Na França, a segurança jurídica se estabeleceu em 1881. O século XIX foi consagrado como a “época de ouro” da imprensa, quando se registrou a expansão dos jornais e a criação de novos empregos. Passou-se a valorizar a informação e não mais a propaganda. Jornalistas iniciaram uma luta por maior liberdade, autonomia, um estatuto e legitimidade social. Outro grande marco de mudança ocorreu após as duas Grandes Guerras Mundiais. O desenvolvimento da comunicação está intrinsecamente relacionado à sociedade demo-

crática com sua mobilidade social, liberdade de opinião, igualdade dos sujeitos, direito de expressão e pluralismo político. Na segunda metade do século XX, os cursos de graduação em jornalismo e comunicação social aumentaram em grande parte dos países ocidentais. A globalização e a sociedade informatizada, características do século XXI, impulsionaram a inovação tecnológica e os meios de comunicação. No transcorrer de quase três séculos, o jornalismo deixou de ser uma ocupação e vem buscando o *status* e o prestígio de profissão.

O processo de feminização no jornalismo não foi um movimento isolado, ao contrário, ele está inserido no contexto internacional de transformação e introdução da mulher no mercado de trabalho. A Revolução Industrial influenciou todo o modo de produção no final do século XVIII e nos séculos XIX e XX. As Guerras Mundiais aceleraram a necessidade de trabalho feminino, mas o curso de graduação foi uma das principais portas de entrada das mulheres no mercado de trabalho em jornalismo. Todas essas transformações afetaram o perfil do profissional e o mercado de trabalho. A proposta deste artigo é comparar o jornalismo brasileiro com o português, nomeadamente as transformações do mercado de trabalho na sociedade globalizada e o perfil do profissional do século XXI, focalizando a feminização da profissão.

A metodologia utilizada foi pesquisa bibliográfica e documental. Os dados quantitativos sobre Portugal foram obtidos no Sindicato dos Jornalistas e na Comissão da Carteira. Já os dados brasileiros foram adquiridos na Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) e no Ministério do Trabalho¹. A discussão teórica pautou-se em dois campos: teoria do jornalismo e sociologia das profissões.

O JORNALISMO PORTUGUÊS

Em Portugal, o processo de profissionalização do jornalismo foi tardio devido principalmente ao período da ditadura política. No

¹ As entidades portuguesas disponibilizaram dados referentes a 2007. Já no Brasil, o último levantamento foi realizado em 2005.

período de 1933 a 1974, a imprensa foi mais utilizada como instrumento de propaganda política e, assim mesmo, foi mal utilizada, obtendo pouco sucesso, pois o governo português não era tão populista se comparado aos governos nazista e fascista. A censura também prejudicou a educação, o que indiretamente afetou a procura da informação pela comunidade de leitores. O alívio chegou após o dia 25 de abril de 1974, quando ocorreu a Revolução dos Cravos e o presidente Marcello Caetano foi deposto, pondo fim ao regime ditatorial. Até essa data, os salários eram baixos, e grande parte dos jornalistas tinha dois empregos para garantir a sobrevivência. Os donos dos veículos de comunicação, em sua maioria, evitavam desentendimentos com o governo, acatando a censura. Ser jornalista não trazia *status* algum, tampouco, o jornalista desfrutava de alguma autonomia na atividade diária.

O início do desenvolvimento do jornalismo português ocorreu na segunda metade do século XIX, sendo impulsionado pela fase industrial da imprensa. Marôpo (2007) mostra que, no período de 1861 a 1890, foram criados cerca de 3.330 periódicos, grande parte com pouco tempo de vida. Eles não se caracterizavam como empresas nos moldes do capitalismo, eram mais políticos e muitos defendiam a república, sem despertar, assim, grandes contribuições para a institucionalização do jornalismo (MARÔPO, 2007).

Entre os grandes jornais estavam o *Diário de Notícias*, lançado em 1865, que liderou as transformações na linguagem jornalística, separando os textos opinativos dos informativos. Esse periódico abandonou o modelo francês, vigente até então como padrão na imprensa portuguesa, e aproximou-se do modelo anglo-americano. O jornal promoveu maior profissionalização do jornalismo português. Outra inovação ocorreu no perfil empresarial da imprensa portuguesa, sendo ele o primeiro jornal a abaixar o preço e a contratar vendedores para circular com os impressos nas ruas (MARÔPO, 2007).

A história das associações envolve também momentos de busca pela autonomia da profissão, principalmente após o período da ditadura política. Entre 1880 a 1924, só em Lisboa foram fundadas 11 associações e em Porto, somente uma, com longa duração: a Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto (AJHLP). A partir de 1920, os jornalistas iniciaram um movimento para alterar os estatutos da AJHLP, propondo transformá-la numa associação de classe para defender os interesses dos jornalistas.

O crescimento da imprensa foi interrompido em 1926 com o decreto 12.008 de 29 de julho, que instaurou a censura no país. Para alguns estudiosos, a data oficial foi 1933, durante o regime do Estado Novo, que oficializou a censura por meio da Constituição Salazarista. A partir desses marcos, a censura exerceu papel dominante na prática do jornalismo. Criou-se o Sindicato Nacional dos Jornalistas, que era mais um órgão oficial do governo do que uma entidade representativa da categoria. Durante o Estado Novo, 1933-1974, ele foi a única organização reconhecida para representar os jornalistas, emitindo títulos profissionais. O sindicato, por meio do Estatuto de 1934, impossibilitou que o jornalismo usufruísse de liberdade de imprensa e que o jornalista desfrutasse de autonomia. A própria carteira de identidade de jornalista poderia ser apreendida por qualquer agente do governo se fosse utilizada de forma “inadequada”.

A partir da década de 20, houve uma preocupação com a formação da identidade do jornalista português, sendo que, até então, não existia um consenso dentre os membros da própria categoria diferenciando os escritores dos jornais dos próprios jornalistas, prejudicando a organização entre eles em busca dos seus interesses enquanto “classe”. A imagem do jornalista passou por uma transformação, que se consumou na década de 50. Ele deixou de ser visto como boêmio, incorporando o profissionalismo do repórter e a preocupação com a informação.

Apesar de sua postura, o sindicato conseguiu algumas conquistas nos primeiros anos, que garantiram direitos profissionais do jornalista (MARÔPO, 2007). Entre elas, destacaram-se a carteira profissional de jornalistas (1941), as tabelas com pisos salariais (1943), a Caixa de Reformas dos Jornalistas (1943) e o primeiro contrato coletivo de trabalho (1951).

Em 1976, o sindicato aprovou o código deontológico, que foi substituído, em 1993, por um novo código de conduta, semelhante aos dos países democratas. Ele contém dez artigos que tratam, em sua essência, do sigilo das fontes, da liberdade de expressão, do direito de resposta, do respeito aos direitos humanos e do relato rigoroso e fiel dos fatos. O código português restringe o exercício de jornalismo às atividades tradicionais excluindo assessoria de imprensa, publicidade e propaganda (MARÔPO, 2007).

O primeiro curso universitário e sistemático foi regulamentado em 1979 pela Portaria nº. 663 de 10 de dezembro, o qual estabelecia a licenciatura em comunicação social na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova Lisboa. Entretanto, a graduação não era obrigatória.

Na passagem de 1988 a 1989, as instituições públicas de ensino superior em comunicação não conseguiram acomodar a demanda de candidatos, impulsionando o aparecimento de instituições e universidades privadas. Um estudo referente aos anos de 1996 e 1997 revelou 28 instituições do ensino superior em comunicação social, sendo 15 do setor público e 13 do setor privado, além de três centros de formação profissional. Ao todo, atendiam mais de 6 mil alunos. Em grande parte dos países ocidentais, como Estados Unidos, Brasil e França, a maioria dos profissionais cursou graduação em comunicação. Em Portugal, essa tendência está se confirmando (TRAQUINA, 2005).

FEMINIZAÇÃO E REJUVENESCIMENTO NO JORNALISMO PORTUGUÊS

O dia 25 de abril de 1974 foi, também, um marco na trajetória do mercado de trabalho

em jornalismo português. Os veículos de comunicação impressos e estatais entraram em crise, sem conseguirem se modernizar devido às estruturas burocráticas e aos poucos investimentos com publicidade. O país tinha uma baixa taxa de alfabetização, a publicidade do Estado era direcionada aos veículos audiovisuais estatais. Não havia canais privados de televisão. No fim dos anos 80 inicia-se uma nova fase da mídia impulsionada pela desestatização e privatização da imprensa. Sugiram novos impressos, canais de rádio, principalmente locais, e também de televisão. Elaborou-se o Estatuto de Imprensa Regional e foram abertos os cursos superiores em jornalismo e comunicação social. Os salários, por sua vez, aumentaram. Os empresários portugueses abriram os seus capitais a empresas internacionais, propiciando novos suportes para multimídia, introdução de tecnologia moderna, investimento em edições *on-line* e melhoramento gráfico dos veículos em geral. A expansão do mercado abriu as portas para jornalistas novos que possuíam curso superior, o que já ocorria em outros países europeus.

De 1983 a 1988, a população de jornalistas cresceu 32%. Em janeiro de 1988, somavam-se 1.508 jornalistas. A maioria trabalhava na imprensa diária, nas cidades de Lisboa e do Porto. Em junho de 1990, totalizavam 2.347 jornalistas, um aumento em relação a 1988 de 839 postos mas a maioria deles ainda estava concentrada nos dois grandes centros. A distribuição, de acordo com os veículos era: 32,1% em jornais diários; 19,8% na imprensa escrita e não diária; 13,8% na rádio; 11,4% na televisão; e 22,9% sem informação. A maior concentração dos jornalistas estava em Lisboa (50,7%), em Porto eram 13,9%, no resto do país, 10,7% e 24,7% não tinham informação. A distribuição por gênero era bem desigual, 25,4% jornalistas mulheres contra 74,6% homens com título profissional. A classificação quanto à faixa etária dividia-se em três patamares: 46,7% concentravam-se entre 30 a 44 anos; 29,9% com mais de 45 anos e 23,4% com até 29 anos.

Entre 1950 e 1970 era baixo o número de mulheres que ingressavam no jornalismo, em média uma ou duas por ano. O processo de feminização da carreira foi gradual, acentuando-se após 25 de abril de 1974. Em 1987, mais de 60% das profissionais mulheres atuavam na carreira há menos de 10 anos. De acordo com dados do Sindicato dos Jornalistas, elas se concentravam na rádio (26%), seguida das agências noticiosas (23%) e televisão (22,8%). A participação feminina no impresso era menor, correspondia a 15%. Já a concentração masculina era predominantemente no impresso, o restante distribuía-se em agências de notícias, rádio e televisão. A pesquisa reitera o rejuvenescimento da profissão no período: 72,7% dos jornalistas tinham menos de 45 anos e 35,2% menos de 35 anos. As mulheres eram mais jovens, 55,9% tinham menos de 35 anos e 83% menos de 45 anos. Entre os jornalistas homens, 44% exerciam a profissão há menos de 10 anos e 59% há menos de 15 anos. Entre jornalistas mulheres, 61,4% exerciam a profissão há menos de 10 anos e 90,5% há menos de 15 anos (GARCIA; OLIVEIRA, 1994).

Entre os entrevistados, 23,4% possuíam outra atividade profissional, sendo que 17,3% faziam de forma ocasional e 6,1% de forma regular. Os dados indicam que os indivíduos que desempenhavam outras atividades tinham mais escolaridade, pois 32,6% atuavam como professores, 18,4% desempenhavam profissões consideradas artísticas (como escritor e autor) e 14,3% eram intérpretes. Destacava-se ainda o quadro de porcentagem de indivíduos que possuíam duas atividades como jornalistas (15,5%). Esses índices espelham que a remuneração ainda era baixa nesse período. O salário mensal líquido chegava a €700. Apenas 20% recebiam mais de €1.000 (GRAÇA, 2007).

Outra discrepância é com relação às horas de trabalho: 60% da categoria trabalhavam, em média, sete horas e 20%, oito horas por dia. As horas extras não eram remuneradas. Havia também uma disparidade salarial de acordo com o veículo: os semanários nacionais, a Rádio Televisão Portuguesa (RTP) e

as agências de notícias pagavam melhor que a imprensa regional, rádios locais e nacionais. A imprensa escrita diária nacional estava entre os dois níveis de salários. Os jornalistas com nível superior tinham, em média, maiores salários e grande parte dos cargos de chefia era ocupada por profissionais com mais anos de carreira, portanto com menor grau de escolaridade (GARCIA; OLIVEIRA, 1994), fato esse que ocorreu no momento de transição. Em um mesmo ambiente, trabalhavam jornalistas antigos e os ingressantes na carreira. Esses profissionais, com perfis diferentes, eram reconhecidos como importantes para o exercício do jornalismo. A diferença salarial entre os veículos remete a outro problema: a questão do piso da categoria. Não havia plano de carreira ou um piso salarial diferenciado por função e tipo de veículo instituído pelo sindicato e pelas empresas de comunicação, mas sim uma negociação entre empresas e funcionários, guiada pela notoriedade do veículo.

Em 1997, o mercado expandiu. Eram 4.247 profissionais, dos quais 25,4% tinham menos de 29 anos; 40,6% concentravam-se na faixa etária de 30 a 40 anos; 25,6% correspondiam à faixa de 41 aos 55 anos e 8,4%, mais de 55 anos (GRAÇA, 2007).

Não há um modelo homogêneo para o acesso dos jornalistas nas empresas, exceto para os mais novos, com as normas voltadas ao estágio, bem como não há um modelo de socialização profissional para os jornalistas no interior das redações. Os quesitos que se sobressaem nas escolhas do mercado são: prática profissional e colaboração voluntária. Para Graça (2007), essa prática do mercado ratifica que as relações pessoais e a convivência jornalista-empresa superam a qualificação escolar no processo seletivo. A partir de 1999, passou-se a valorizar a formação universitária, e o estágio foi um dos reflexos.

Em dezembro de 2001, a Comissão da Carteira Profissional de Jornalistas registrou 436 jornalistas com título provisório de jornalista estagiário e 5.793 com carteira profissional de jornalista. O interessante é que, do

total dos estagiários, 222 eram mulheres e 214 eram homens, e a faixa etária de mais de 80% deles era de 26 a 35 anos. Entre 1975 e 2001, a participação feminina aumentou 12 vezes no mercado de trabalho português. Em 2004, as mulheres ultrapassaram o número de homens na escala da faixa etária com menos de 30 anos. Em maio de 2007, em Portugal, somavam 6.767 carteiras válidas e 556 provisórias. No mesmo período, o Sindicato dos Jornalistas registrava 5.749 profissionais sindicalizados, sendo 2.883 homens e 2.866 mulheres.

Apesar da expressiva presença feminina nas redações, os dados não revelam uma realidade muito otimista quanto à igualdade no desempenho de cargos de chefia e direção. Esse fato foi reportado por Anabela Fino, dirigente do sindicato e representante na Comissão de Gênero da Federação Internacional de Jornalistas (FIJ), durante o I Encontro de Mulheres Jornalistas de Sindicatos Europeus, em Barcelona, em 2007. De maneira geral, a desigualdade de remunerações aumenta em proporção ao nível de escolaridade; assim, quanto mais elevada é a escolaridade, maior é a diferença entre homens e mulheres, (FINO, 2007):

O ganho médio mensal das mulheres do grupo «Praticantes e Aprendizes» (o nível mais baixo) corresponde a 94,1% do ganho médio mensal dos homens, enquanto o ganho médio mensal das mulheres do grupo «Quadros Superiores» (o nível de qualificação mais elevado) corresponde apenas a 70% do ganho médio mensal dos homens.²

No entanto, essa realidade não intimida as mulheres na procura pelo saber. Anualmente, saem das universidades portuguesas 100 licenciados, sendo que 65 deles são mulheres.

² Artigo publicado em 26/11/2007 no site português do Sindicato dos Jornalistas <http://www.jornalistas.eu/?n=6202>

O JORNALISMO BRASILEIRO

O primeiro jornal em língua portuguesa a circular no Brasil foi o *Correio Braziliense*, fundado em junho de 1808. No mesmo ano, lançou-se a *Gazeta do Rio de Janeiro*, a primeira publicação oficial impressa no país. As notícias versavam sobre a vida e a movimentação social do reino, sob a censura do Palácio. Durante o século XIX, surgiram novos jornais nacionais em diferentes estados e todos passavam pela censura prévia do Governo. Apenas em 28 de agosto de 1821, D. Pedro I decretou o fim da censura prévia, tornando a imprensa livre no país. No mesmo ano, surgiu o primeiro jornal informativo, o *Diário do Rio de Janeiro*, que noticiava crimes, movimentação portuária, leilão, publicidade, venda e fuga de escravos. Após a Proclamação da República, em 1889, e o gradativo processo de urbanização, surgiram as empresas jornalísticas com equipamentos gráficos e tiragens maiores. O jornalismo expandiu-se como atividade comercial, ampliando a contratação de trabalhadores, alterando o referencial da notícia, que precisava ser produzida numa escala maior com base nos fatos, e não mais nas opiniões político-partidárias (MARÔPO, 2007).

A primeira Lei de Imprensa brasileira data de 1823 e determinava a punição a quem publicasse matéria contra a Igreja Católica. Em 1967, o Congresso Nacional, no período de plena ditadura militar, elaborou outra Lei de Imprensa, a qual atribuía responsabilidades civis e punições aos jornalistas, vindo a ser revogada em 2009.

No século XX, o país passou por transformações políticas, sociais e econômicas, e a modernização transformou o cenário urbano. Iniciou-se a industrialização e introduziu-se a mão de obra assalariada. A imprensa também vivenciou significativas mudanças decorrentes da dinâmica social: os jornais aderiram às fotografias e ilustrações, tornaram-se empresas, renovaram os parques gráficos e as tiragens aumentaram.

A Associação Brasileira de Imprensa (ABI) foi fundada em 1908 por Gustavo de La

cerda, no Rio de Janeiro. Dois anos depois, os grandes jornais dessa cidade e de São Paulo começaram a investir em correspondentes internacionais com sede em Londres, Paris, Roma, Lisboa, Nova Iorque, Buenos Aires, Montevidéu e Santiago do Chile. O estilo de redação seguia o formato literário, parecido com o estilo francês. A partir de 1930 intensificou-se o processo de profissionalização do jornalismo brasileiro com a criação das associações e sindicatos, passando pelo surgimento dos cursos de credenciamento (década de 40), exigência do diploma para o exercício da profissão (fim da década de 60), divisão por editorias nas redações (década de 70) e inovações tecnológicas (década de 80). A criação de sindicatos e associações representativas dos trabalhadores fazia parte da política instaurada pelo presidente Getúlio Vargas.

Em 1934, surge, em Juiz de Fora (MG), o primeiro sindicato dos jornalistas. No ano seguinte, foi criado o sindicato no Rio de Janeiro. Em 1937, os jornalistas não tinham jornada de trabalho definida, direito a férias, previdência social, piso salarial e não havia pré-requisitos delimitando o ingresso na atividade. O Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo foi fundado no dia 15 de abril de 1937.

Em 30 de novembro de 1938, com a assessoria de sindicatos de jornalistas, o governo Getúlio Vargas criou o Decreto-lei nº. 91, que determinou que a jornada de trabalho fosse de cinco horas, diurnas ou noturnas, podendo ser contratualmente prolongada para sete horas, com compensação financeira.

A preocupação com a formação do jornalista e o debate sobre a profissionalização começaram a se manifestar em 1918, quando a ABI tentou criar, durante o Primeiro Congresso Brasileiro de Jornalistas, a primeira escola de jornalismo no país, que seria sediada no Rio de Janeiro, mas não chegou a funcionar. A Casper Líbero, primeira faculdade de jornalismo, foi criada em 1947.

A partir da década de 60 ocorreu um aumento gradual de faculdades de comuni-

cação. Em 1990, de sete, após três décadas, somavam mais de 100, sendo 70 com o curso específico em jornalismo. Em 1998, havia 125 cursos de comunicação social e 107.825 candidatos inscreveram-se para o vestibular, conforme revela a Diretoria de Informações e Estatísticas Educacionais (SEEC) do Ministério da Educação (MEC). Segundo dados do Censo do Ensino Superior, o número de cursos de comunicação social saltou de 260, em 2000, para 443, em 2003. Desse total, 74 eram públicos e 369 privados³.

Em 1946, foi criada a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), entidade que participa de lutas em benefício do jornalista, como a criação do salário mínimo, democratização dos meios de comunicação, manifestação contra a censura e a ditadura, obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão e criação de um conselho fiscalizador e normativo. A FENAJ representa, hoje, 31 sindicatos de jornalistas de todo o país, somando mais de 80 mil associados.

Em 1965, durante o governo do general Castelo Branco, a censura voltou a interferir na história do jornalismo brasileiro. O Ato Institucional Número 2, ou AI-2, permitia ao presidente da República violar a liberdade de imprensa. Três anos depois, as restrições aumentaram com o Ato Institucional Número 5, ou AI-5, que fechou o Congresso Nacional e censurou qualquer manifestação de pensamento, impondo total controle aos meios de comunicação de massa e sujeitando todos à censura prévia. Jornais foram invadidos, depredados ou fechados pela polícia, muitos jornalistas sofreram torturas, e outros foram mortos. A imprensa, na medida do possível, reagia à censura. Em 1978, o XVII Congresso Nacional de Jornalistas, realizado em Macaé, aprovou o seguinte: luta pela assinatura de contratos coletivos de trabalho, luta contra a censura e autocensura nos meios de

comunicação, convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, criação de um fundo para assistência de jornalistas presos. Em 1979, já ocorria a movimentação de uma greve geral dos jornalistas. Diferentes setores da sociedade civil, entre eles, jornalistas, metalúrgicos, sindicalistas e sociólogos, se reuniram com o objetivo de acabar com a ditadura política. Foi nesse ano que surgiu a iniciativa de criar um partido dos trabalhadores no Brasil. O Tribunal Regional do Trabalho considerou o movimento ilegal. Duzentos jornalistas foram demitidos.

Em 17 de outubro de 1969, em plena ditadura militar, foi aprovado o Decreto-lei nº 972, com alterações posteriores (Decreto nº 65.923 e Decreto nº 83.284) que regulamentaram a profissão e consagraram a exigência de curso superior de jornalismo para o exercício da profissão. Em 1979, o Decreto nº 83.284 redefiniu a exigência do diploma do curso superior para o exercício de funções do jornalismo e pôs fim ao estágio. Iniciou uma nova era no jornalismo brasileiro: aumentou a remuneração salarial e foram criadas editorias, acarretando maior especialização profissional por áreas, além da exigência de um profissional com maior conhecimento de todo o conjunto de uma redação.

No fim do século XX, os computadores foram introduzidos nas redações. Em maio de 1995, o *Jornal do Brasil* inaugurou o primeiro jornal eletrônico do país, o *JB Online*. No mesmo ano, o jornal *O Estado de S. Paulo* lançou o *NetEstado* e, em 1996, a *Folha de S. Paulo* criou o *Universo Online*.

As empresas de comunicação passaram a adotar uma nova postura diante dos seus produtos. Para tanto, aplicaram estratégias de reformulação, aqueceram o mercado competitivo e buscaram aumentar o público leitor. A corrida pela modernização, com a valorização de fotografias e ilustrações, alterou também o enfoque da notícia ao propor o texto casado com a imagem, junção que desempenha o papel de atrair o leitor.

As razões que desencadearam as reformulações dos jornais, no fim das décadas

³ Segundo a FENAJ, os dados consideram outras habilitações em comunicação social, como cinema e vídeo, rádio e telejornalismo, produção editorial e publicação.

de 80 e 90, foram estas: perfil do jornalista, curso universitário, postura do sindicato e da federação, avanços tecnológicos, enfim, uma modificação em todo o universo dessa carreira. O processo de profissionalização deu lugar a uma geração de jornalistas com curso superior e pós-graduação, originários de segmentos sociais médios e médios-altos, que buscavam seguir a mesma trajetória de mobilidade social de seus pais ou estabelecer barreiras para evitar uma trajetória de queda social. Esse movimento de elevar o prestígio dos jornalistas a uma melhor titulação, melhor salário, mais poder e procura por *status* profissional vem ocorrendo com maior intensidade a partir da redemocratização política do país, em toda a imprensa nacional.

O mercado de trabalho também se modificou ao longo desses anos. Em 1995, o país tinha 18.566 jornalistas registrados. Em 2005, esse número saltou para 35.322 registros. Os setores que mais empregavam eram jornais e extrarredações (assessorias, produtoras e ensino superior), a proporção em 1995 era de 1.996 em jornais e 1.785 em extrarredações. Em 2005, o número em jornais caiu para 1.301, já em extrarredações saltou para 6.860, segundo aponta o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo.

O primeiro Código de Ética dos Jornalistas no Brasil é de 1987 e foi aprovado em um congresso no Rio de Janeiro. Em 2002, o governo instalou o Conselho de Comunicação Social, um espaço especializado em debate público de questões relativas à área de comunicação. Esse Conselho estava previsto na Constituição e já tinha sido regulamentado por lei desde 30 de dezembro de 1991. Em 2007, o Código de Ética do Jornalismo passou por algumas atualizações, foram incluídos assuntos referentes ao exercício do jornalismo em assessoria de comunicação e imprensa, direitos da minoria e recursos e limites da fotografia digital.

No início do século XXI, uma velha discussão invade o mercado e a academia a qual termina na justiça com a decisão do Supremo

Tribunal Federal, em 2009, pelo fim da exigência do diploma para exercício do jornalismo.

EMERGE UM NOVO MERCADO DE JORNALISMO NO BRASIL

Nas décadas de 80 e 90, o setor da comunicação passou por um processo de reestruturação produtiva e administrativa. Embora isso tenha provocado demissões, o efetivo de jornalistas em atividade cresceu gradativamente em locais determinados. Outra mudança foi o aumento de mulheres nesse mercado de trabalho.

Em 1981, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo promoveu um seminário sobre informatização nas empresas de comunicação. A preocupação era com o possível desemprego decorrente da substituição de profissionais pelas máquinas. O tempo mostrou que a substituição total dos profissionais pela máquina não aconteceu, e sim mudanças nas redações. Alguns cargos, como revisor, copidesque, pauteiro, secretário-gráfico, pestapista, diagramador e ilustrador, foram desaparecendo. Essas funções passaram a ser acumuladas pelos jornalistas ou desempenhadas por computadores. Os avanços tecnológicos possibilitaram o surgimento de novos veículos de comunicação como o jornalismo *on-line*, a TV na Internet e a TV digital, ampliando o campo de atuação do jornalismo. Além disso, surgiram áreas específicas de cobertura, como jornalismo científico, ambiental, cultural, de agronegócios, informática entre outros, e o setor extrarredação (assessorias de imprensa, de comunicação e produtoras independentes) cresceu.

Houve um aumento de mulheres nas redações do Brasil no período de 1986 a 2001. Em 1986, as mulheres detinham 6.176 postos de trabalho e, em 2001, elas ocupavam 9.568 empregos, um crescimento de 35,42%. Os profissionais do sexo masculino ocupavam, em 1986, 11.214 postos de trabalho e, em 2001, 11.780, um crescimento de 4,80%. Em números absolutos, foram criados 566 empregos para homens jornalistas e 3.389 para as mulheres.

A procura das mulheres por cursos universitários é também um argumento para justificar a feminização da profissão. Segundo dados do MEC, no vestibular de 1998 ingressaram 14.969 mulheres e 10.015 homens nos cursos de graduação. As mulheres correspondem a quase 67% do mercado universitário nacional em jornalismo.

De acordo com o Ministério do Trabalho, em 1999, as mulheres não eram maioria em nenhum dos setores da imprensa. Nos jornais elas correspondiam a 37,87%, com 2.988 postos do total de 7.890. Nas agências eram 44,68% com 147 postos do total de 329. As emissoras de rádio constituíam o setor mais conservador: as mulheres totalizavam 28,78% do total de 1.251 profissionais. A televisão empregava 49,69% jornalistas, 1.291 dos 2.598 funcionários. Já nas revistas, as mulheres somavam 49,60%, 679 postos do contingente nacional de 1.363, e nos setores do segmento extrarredação elas atingiam 49,61%, com 3.231 de 6.513 empregos no Brasil.

Nas últimas três décadas, houve um aumento considerável na participação feminina. Em 1986, as mulheres correspondiam a 35,24% do mercado nacional com 6.176 postos. Em 2001, elas representavam 44,82% do mercado, com 9.568 postos do total de 21.348 profissionais empregados. Em 2003, elas somavam 49,70% do mercado, e os homens 50,30%. O último relato da distribuição de gênero no jornalismo brasileiro, realizado pela Relação Anual de Informações Sociais/Ministério do Trabalho (RAIS) refere-se a 2005. As mulheres ultrapassaram os homens, ocupando 51,57% do mercado jornalístico (18.217) contra 48,43% (17.105), em um universo de 35.322 jornalistas. Em 2006, segundo dados do Ministério do Trabalho, 52% das vagas de jornalista eram ocupadas por mulheres (CASADEI, 2011).

O mapa de distribuição de profissionais no Estado de São Paulo, em 2005, de acordo com os veículos era: no setor extrarredação, a mulher representava 57,19% do mercado, e o homem, 42,81%; nas revistas, o sexo feminino correspondia a 55,38%, e o sexo masculino, 44,62%; nas agências de notícias, a mulher

ocupava 49,24% do mercado, e o homem, 50,76%; na televisão, a porcentagem feminina era de 42,8%, e a masculina, 57,2%; nos jornais, o homem dominava com 58,95% dos cargos contra 41,05% de mulheres; na rádio, as mulheres estavam com 37,7% do mercado contra os homens com 62,3%, apresenta a RAIS.

Com relação à média salarial, dados do Ministério do Trabalho – Secretaria de Políticas de Emprego e Salário (SPES) de 1999 revelaram que o salário médio dos jornalistas masculinos, na maioria dos estados, era maior que o dos jornalistas femininos. No início de 2000, a mulher jornalista ganhava R\$ 1.929,60, em média, e os homens ganhavam R\$ 2.032,20, ou seja, as mulheres recebiam 5,09% a menos do que os homens. Mas a diferença salarial em grande parte dos estados é pequena entre os gêneros e muda de acordo com o setor: jornal, revista, emissoras de rádio e televisão, extrarredação e agências de notícias. Os cargos de chefia estão concentrados entre os profissionais do sexo masculino.

A maior remuneração é feita pelas agências de notícias. Em contrapartida, as emissoras de rádio possuem o menor piso salarial. O piso salarial é determinado pela negociação entre dois sindicatos, o patronal e o dos trabalhadores. Os sindicatos dos jornalistas atuam em âmbitos estaduais, sem representatividade nacional. Há uma amplitude de variação muito grande entre regiões do país. Essa variação corresponde às diferenças de desenvolvimento econômico entre as regiões.

Em 2000, o número de mulheres com curso de graduação atuando no mercado era maior que o de homens: 53,91% homens com curso superior contra 73,16% de mulheres. No setor de televisão, o índice de mulheres com graduação era de 79,78% e o de homens, 57,23%. Na rádio, os índices eram menores: 36,9% dos homens tinham formação superior contra 63,70% das mulheres (SATO, 2002). A mulher com curso superior recebe, em geral, o equivalente a um homem com segundo grau. A feminização ainda ocorre em maior número em áreas menos prestigiadas ou mais recentes, sendo menor nos setores tradicio-

nais como rádio e jornal impresso. Além disso, o número de mulheres que ingressam nas faculdades é bem superior ao de homens, mas o número de mulheres atuando no mercado não acompanha essa proporção.

Dados do Serviço de Estatística da Educação e Cultura do MEC apontam o crescimento populacional separado por gênero nos cursos de comunicação social no período de 1950 a 1987. Na primeira turma que se formou em 1950, dos 133 formandos apenas 24% correspondiam ao sexo feminino. Já em 1987, quando se formaram 5.175 alunos, 60% correspondiam ao sexo feminino (BONELLI, 1993). A partir da década de 80, percebe-se uma tendência de feminização do mercado em jornalismo, sendo favorecida pelos cursos de graduação, e paralelamente o ingresso de pessoas jovens na carreira, portadores do diploma em jornalismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mulheres e os jovens ocupam as redações tanto em Portugal como no Brasil. Essa realidade é fruto do rejuvenescimento e feminização no mercado de trabalho na história do mundo ocidental e da profissionalização do jornalismo. Neste, a discriminação entre gêneros está mais localizada na ocupação dos cargos de chefia. A diferença salarial entre gêneros não é grande entre os jornalistas que desempenham as mesmas funções, no entanto, em ambos os países, os cargos de chefia são, em sua maioria, desempenhados por homens. Outro problema constatado em Portugal é que grande parte do quadro de estagiários é formada por mulheres na faixa etária entre 20 a 30 anos, desempenhando funções de um profissional, entretanto com remuneração mais baixa.

A participação feminina no mercado é diferenciada de acordo com os veículos. No Brasil, as mulheres predominam no setor ex-

trarredação e revistas. Nas agências de notícias, elas ocupam quase 50% das vagas, mas na televisão, no impresso e, principalmente, na rádio o predomínio é de homens desempenhando funções relacionadas ao jornalismo. Em Portugal, há mais mulheres atuando na rádio, agências de notícias e em televisão. Na imprensa, a participação feminina é reduzida. Ao comparar a distribuição por gênero entre os dois países, percebe-se que ela não é igual. As mulheres predominam nos setores mais novos do mercado, os quais são diferentes em cada país, pois vivenciaram trajetórias históricas diferentes. Em Portugal, o “período de ouro” da imprensa ocorreu após a queda da censura política, na metade da década de 1970. No Brasil, ele teve início no fim da década de 1960, com a obrigatoriedade do diploma, seguida da divisão das editorias e a chegada dos computadores nas redações.

O investimento feminino na formação acadêmica é maior que o masculino. Nos dois países, a proporção de mulheres na academia é maior, o que não se verifica, em mesma proporção, no mercado. As universidades colocam anualmente jovens no mercado de trabalho, e a maior parte deles é mulher. Entretanto, o aumento de jornalistas formados é desproporcional à oferta de emprego, principalmente no Brasil.

O mercado de trabalho para jornalistas não está menor em Portugal ou no Brasil. Os dados mostram que abriram novos postos e veículos em ambos os países. Os impressos, por sua vez, estão diminuindo. Ocorreu a extinção de funções antigas e a emergência de novas de acordo com as necessidades do processo comunicacional e a competitividade do mercado. Em sua maioria, as mulheres ocupam esses novos espaços. O jornal impresso, que é mais tradicional, tem maior concentração masculina tanto no Brasil quanto em Portugal.

REFERÊNCIAS

- BONELLI, Maria da Glória. *As ciências sociais no sistema profissional brasileiro*. In: Boletim informativo e bibliográfico de Ciências Sociais, v.36, n.2, p.31-62. 1993.
- CASADEI, Eliza Bachega. A inserção das mulheres no jornalismo e a imprensa alternativa: primeiras experiências do final do século XIX. In: *Revista ALTERJÓR*. Grupo de Estudos Alterjor: Jornalismo Popular e Alternativo (ECA-USP). Ano 02 Volume 01. Edição 03 – Janeiro-Junho de 2011. p.1-10
- FENAJ - Federação Nacional dos Jornalistas – www.fenaj.org.br, acessado em 24 de setembro de 2007.
- FINO, Anabela. *Mulheres jornalistas mais jovens e sem poder*. O Sítio do Sindicato dos Jornalistas: Instituto de Comunicação Social: <http://www.jornalistas.eu/?n=6202>. 26/11/2007.
- FREIDSON, Eliot. *Renascimento do profissionalismo*. São Paulo: Edusp. 1998.
- GARCIA, José. Luís e OLIVEIRA Jose Paquete de. *Jornalistas Portugueses: o que é? Inquérito e perfil sócio-profissional*. Lisboa: Sindicato dos Jornalistas, 1994.
- GRAÇA, Sara Meireles. *Os jornalistas portugueses: dos problemas da inserção aos novos dilemas profissionais*. Coimbra: Minerva Coimbra, 2007.
- MARÔPO, Lúdia. *Construções identitárias dos jornalistas: uma análise comparada entre Brasil e Portugal*. V Congresso da Sopcom. Braga, 2007.
- NASCIMENTO, Lerisson Christiam. Profissionalismo: expertise e monopólio no mercado de trabalho. *Revista Perspectivas Contemporâneas*, v. 2, p. 105-116, 2007.
- ROCHA, Paula Melani. *A profissionalização em um jornal popular*. In: *Teoria & Pesquisa*, n.28/29, p.63-95. 1999.
- _____; SOUSA, Jorge Pedro de. *Rumos do jornalismo na sociedade digital: Brasil e Portugal*. Porto, Ed. Universidade Fernando Pessoa, 2008.
- SATO, Nelson. Salários são iguais nas grandes e médias redações. In: F. Sant’Anna e E. Nardelli (Ed.). *Mulher e imprensa na América Latina*. Distrito Federal-BR: Unesco, p. 87-90. 2002.
- TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo: a tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional*. Florianópolis: Editora insular, v.2. 2005.

DADOS DOS AUTORES:

PAULA MELANI ROCHA

Professora Adjunta da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e pesquisadora-colaboradora do Labjor/UNICAMP. Pós-doutora em Jornalismo pela Universidade Fernando Pessoa (Porto-Portugal). Mestre e doutora em Sociologia das Profissões pela UFSCar. Líder do grupo de pesquisa “O conhecimento no Jornalismo” (Labjor-Unicamp/FAPESP).

JORGE PEDRO SOUSA

Professor catedrático e pesquisador da Universidade Fernando Pessoa (Porto, Portugal) e do Centro de Investigação Media e Jornalismo (Lisboa, Portugal), livre-docente (agregado), pós-doutor e doutor em Jornalismo.

Recebido: 03-10-2011

Aprovado: 03-02-2012